



MARK  
BEIGHLEY

## OPINIÃO

# Portugal entrou numa nova geração de fogo?

**Sem uma intervenção séria e estruturada, Portugal pode esperar anos piores que a tragédia vivida em 2017.**

19 de Dezembro de 2017, 7:05

Em 2009, após duas visitas a Portugal, 89 entrevistas com peritos nas áreas de silvicultura, protecção civil, gestão de emergências, meteorologia e investigação na área dos incêndios florestais quer das agências governamentais, quer de universidades, indústria papeleira, associações de proprietários florestais e autarquias, e da observação das acções na participação em dúzias de teatros de operações de incêndios florestais, escrevemos o nosso relatório intitulado *Risco sistémico e estratégia de defesa contra incêndios de Portugal, uma avaliação da gestão e capacidade de resposta a incêndios*. Com distribuição limitada e com uma versão apenas em inglês, o relatório acabou esquecido no site do Parlamento português como material de referência. Quem é que o iria encontrar ali?

Apesar de algumas das recomendações do relatório terem sido marginalmente implementadas, a grande parte das recomendações, que respeitavam a prevenção estrutural (nomeadamente a

gestão de combustíveis) e a redução de ignições, foram ignoradas. O resultado de uma resposta tão incipiente foi previsto no relatório: “Durante a próxima década, o risco catastrófico de numa potencial época de incêndios arderem 500.000 ha ou mais em Portugal deve ser tido seriamente em conta.”

Infelizmente, em 2017, a previsão tornou-se realidade. Uma seca severa, ondas de calor, áreas extensas de florestas e matos inflamáveis, a que se somou o fenómeno atmosférico *Ofélia*, juntaram-se para formar a “tempestade perfeita”. Tudo o que faltava era o fósforo. E Portugal tem milhares de “fósforos incontroláveis”.

Por que razão se encontrou Portugal nesta situação profundamente dramática? As respostas são fáceis: 1) a expansão contínua da área florestal, particularmente de florestas sem gestão; 2) o aumento da carga combustível, tanto em extensão como em quantidade; 3) o elevado número de ignições indesejadas, sobretudo durante condições moderadas a severas de propagação de incêndios; e 4) as alterações climáticas e o agravamento das condições meteorológicas de risco que aumentam e intensificam a severidade do período crítico para a ocorrência de fogos devastadores.

Muitas são as desculpas para não se ter agido, nomeadamente a falta de vontade em assumir este problema como uma prioridade nacional. Negligência política, ciclos económicos recessivos, escassez de recursos financeiros e despovoamento rural foram motivos mais do que suficientes para que a atenção estivesse focada noutras prioridades. Mas, mais pertinente, o declínio da vigilância municipal, da sensibilização e informação do público e da atenção dos meios de comunicação avançou à medida que anos de menor área ardida iam suplantando os anos extremos, como aqueles que foram registados em 2003 e 2005. Uma atitude nacional “longe da vista, longe do coração” prevaleceu, apesar de o relatório de 2009 claramente afirmar que anos amenos podem ser apenas um prelúdio para anos mais severos de área ardida.

Este não é um problema regional nem apenas rural; pelo contrário, está a estender-se a todos os cantos do país. Não irão acontecer todos os anos, mas irão acontecer várias vezes por década. Não está apenas a destruir hectares de floresta e matos, está também a ceifar vidas humanas e a destruir bens. Depois de 2017 pode-se afirmar que Portugal entrou numa nova geração de fogo.

Desde que abordámos este problema em 2009, poucas foram as mudanças positivas registadas. De facto, a situação continua a deteriorar-se. Sem uma intervenção séria e

estruturada, Portugal pode esperar anos piores que a tragédia vivida em 2017. É precisamente por esta razão que o Conselho de Ministros extraordinário de 21 de Outubro de 2017 teve lugar. Para dar aos cidadãos confiança de que eles compreendem a seriedade do que aconteceu e tomar acções para prevenir a reocorrência dos desastres de 2017.

Uma nota final: se virem bombeiros com um “pinga-lume” na mão a queimar vegetação, trata-se de fogo controlado e em vez de se queixarem do fumo produzido, deveriam parar e agradecer por estarem a contribuir para tornar Portugal num território mais seguro para anos vindouros.

**com a contribuição de Albert C. Hyde; um agradecimento a Patrícia Malico Alexandre pela tradução e a Miguel Galante pela revisão**



-APENAS POR

[MAIS RECOMENDAÇÕES](#)